

Senado e Guedes articulam PEC da desvinculação para abril

Por Vandson Lima | De Brasília

A equipe econômica e o Senado estão amarrando uma agenda para que a chamada PEC do pacto federativo seja encaminhada ao Congresso Nacional em abril. A ideia é ouvir as demandas de governadores e prefeitos antes, em sessões temáticas que acontecerão no Congresso Nacional na próxima semana, para então criar condições para a medida tramitar com amplo apoio.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou ao Valor que a estratégia acertada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, é ter os senadores, prefeitos e governadores a seu lado. Está previsto um debate na semana que vem com os 27 governadores, representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e com os prefeitos das capitais para discutir o pacto federativo.

Após ouvi-los, Guedes comparecerá no dia 26 a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Na reunião, já deve apresentar algumas linhas mestras da proposta e o ministro ouvirá sugestões de senadores. "A partir daí, será encaminhada a PEC para o Senado em meados de abril, mas dentro

desse amplo acordo, com Guedes já tendo ouvido os governadores e dialogado com os senadores", diz Bezerra.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), está por dentro da articulação e é um entusiasta da emenda constitucional, cujo objetivo é desvincular e desindexar as despesas do Orçamento. A proposta começaria a tramitar no Senado, justamente para não conflitar com o trâmite da reforma da Previdência, que está na Câmara. "É importante que o Senado tenha o protagonismo em relação ao pacto federativo. Existe o sentimento do governo desta distribuição dos recursos, que ficam muito concentrados sob o controle da União, e estes recursos precisam chegar para os Estados e para os municípios", disse Alcolumbre.

O presidente avalia que a PEC do pacto federativo pode inclusive destravar a proposta de reforma das aposentadorias, pois fará governadores mobilizarem suas bancadas em favor da reforma. "Atrapalhar, não. Vai ajudar. O pacto federativo é uma discussão que os Estados fazem há décadas. A distribuição de recursos que estão sob o domínio da União vai fortalecer essa interlocução dos Estados e dos municípios com as suas bancadas, com o Congresso, com a Câmara e o Senado", diz.

O presidente diz que a agenda de um novo pacto federativo é urgente, e não necessariamente um plano B para o caso a reforma da Previdência não avançar. "Não sei de plano 'A' e de plano 'B'. Os senadores decidiram que precisamos debater o pacto federativo e o momento é agora. O Brasil está vivendo uma nova experiência. Nós precisamos dividir o bolo da arrecadação. O Senado vai se debruçar sobre isso porque é um tema que é aguardado por governadores e prefeitos ao longo, pelo menos, das últimas duas décadas."

A PEC da desvinculação foi antecipada pelo Valor em novembro, ainda durante os trabalhos da equipe de transição, e posteriormente comentada pelo titular da pasta em seu discurso de posse. Ao jornal "O Estado de S. Paulo" Guedes disse que a medida abre caminho para os recursos sejam redistribuídos entre União e entes subnacionais. "Está caótico o quadro financeiro de Estados e municípios. Isso significa que o timing político é já."

Com a PEC, Guedes pretende atacar o engessamento do Orçamento. A fatia das despesas obrigatórias no total da despesa primária passou de 84% em 2013 para 91% em 2017.

Para Casagrande, desvinculação não atende Estados

Por Fernando Exman, Fabio Graner e Ana Krüger | De Brasília



Renato Casagrande, governador do ES, filiado ao PSB: "A maioria dos governadores vai apoiar a reforma da Previdência independentemente de qualquer coisa".

Vendida pelo ministro da Economia Paulo Guedes como uma solução para os Estados, a proposta de emenda constitucional (PEC) que pretende desvincular e desindexar as despesas públicas é vista por alguns governadores como algo de pouca eficácia e interesse e sem qualquer efeito sobre a disposição de apoiar a reforma da Previdência. Esta sim é tida como crucial para equacionar os problemas das finanças públicas, embora os comandantes dos Estados demandem também medidas de curto prazo.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse em entrevista ao Valor, a maioria dos governadores apoiará a reforma da Previdência, independentemente do que possa ser ofertado pelo governo

federal em outras frentes. Para ele, que governa o Estado com a melhor classificação de risco fiscal dada pelo Tesouro Nacional, a ideia do governo de desvincular e desindexar o Orçamento não serve à maioria dos Estados e municípios, mas sim ao próprio governo federal. Portanto, não deverá influenciar a tramitação da proposta de reforma previdenciária.

Segundo Casagrande, os chefes de governos estaduais querem medidas de ajuda federal para lidar com a situação complicada no curto prazo, como recursos de compensação da Lei Kandir, mas reconhecem que a aprovação da reforma será de grande ajuda por dois aspectos: atacar o crescimento de uma das maiores despesas dessa esfera de governo e ativar a recuperação da atividade econômica a partir do aumento da confiança, sobretudo de empresários, e dos investimentos.

"A maioria dos governadores vai apoiar a reforma independentemente de qualquer coisa", enfatizou, embora tenha ponderado que aspectos específicos da reforma, como a capitalização, serão tratados à parte. Ele, por exemplo, já se posiciona contra essa iniciativa por entender ser concentradora de riqueza.

O governador do Espírito Santo disse que esses e outros assuntos

devem ser tratados pelos governadores com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião prevista para o dia 26 em Brasília.

Ele informou que uma das sugestões que será feita ao governo, para facilitar a aprovação da PEC, é incluir compensação entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios estaduais. Mas ele reconhece que o tema é espinhoso, por conta da restrição de gasto do próprio governo federal. Essa proposta prevê que as contribuições que servidores fizeram ao INSS antes de entrar no serviço público sejam repassadas aos cofres dos regimes locais de previdência.

Casagrande destaca que a tramitação da PEC da desvinculação e desindexação representa um risco político para o avanço da reforma da Previdência, com pouco retorno efetivo. "A reforma precisa ser votada neste ano", salientou. "O setor produtivo pendurou tudo na reforma, toda expectativa dos empresários está nela", acrescentou, reforçando a preocupação com a necessidade de o país retomar taxas mais aceleradas de crescimento, que melhorarão as receitas estaduais.

Já o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), que coordena a discussão sobre a reforma da Previdência entre os governadores, aponta que uma conversa mais detalhada sobre





Previdência ficará para março, deixando esta reunião de abril mais voltada para as demandas fiscais dos Estados mais voltadas para o curto prazo. Ele não mostrou muito otimismo com a velocidade de avanço da reforma. "Sabemos que [a reforma da Previdência] não vai ser aprovada nessa agilidade", diz Ibaneis ao explicar que a conversa sobre a PEC com os governadores será só no mês que vem.

Sobre a PEC da desvinculação e desindexação, Ibaneis afirma que a mudança não é tão simples. "Essa questão tem que ser bastante estudada. Eles não explicaram muito bem. O fato de vincular ou desvincular não faz diferença, porque você não aumenta o Orçamento do Estado porque você está desvinculando", afirma. O

governador cita que foram criados fundos como o da Segurança e o Penitenciário sem que os Estados tivessem acesso às verbas. "Saúde e segurança não adianta desvincular por já existirem despesas obrigatórias", complementa. "Se for [desvincular verbas de fundos], certamente vai atrair os Estados, mas essas propostas precisam ficar mais claras", diz.

O governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, também apontou que a desvinculação pouco efeito terá para ajudar nos problemas fiscais dos Estados, que dependem muito mais de aumentar suas receitas. Nesse sentido, ele avalia que medidas que descentalizem mais os recursos da União, também sinalizadas por Paulo Guedes, são mais importantes.

Os limites da desvinculação

O projeto de desengessar o Orçamento é crucial para a União, estados e municípios. O país está ficando ingovernável pelo volume de destinação obrigatória. Mas prometer que os políticos terão controle sobre R\$ 1,5 trilhão, como fez o ministro Paulo Guedes, é vender uma ilusão. Há despesas que permanecerão sendo obrigatórias, mesmo se for aprovado o fim das vinculações.

Desse total do Orçamento, R\$ 637 bilhões são pagamentos ao INSS e R\$ 350 bilhões são despesas de pessoal. Além disso, há R\$ 60 bilhões de Benefício de Prestação Continuada, e mais R\$ 44 bilhões de custeio da máquina pública, que já sofreu muitos cortes nos últimos três anos de crise. Não será trivial mexer nessas despesas.

É preciso entender a importância da tarefa, mas não se vender terreno na lua. Primeiro: é fundamental enfrentar o problema do excesso de rigidez orçamentária. Vários economistas de candidaturas de pontos opostos do campo político defenderam isso nas últimas eleições. Segundo: não é verdade que os políticos poderão decidir sobre R\$ 1,5 trilhão porque mesmo desvinculando eles não poderão, por exemplo, decidir não pagar aposentadorias e salários, entre outras diversas despesas.

O projeto, se for bem-sucedido, evitará que o Brasil bata contra um muro. E o país está indo velozmente na direção desse muro. No Orçamento de 2019, 90,4% são despesas obrigatórias. E vem crescendo ano a ano, reduzindo o espaço do executivo e do legislativo. Já há estados em que a soma dos gastos obrigatórios é maior do que a receita. Há muitas perguntas que precisam de respostas: em quais despesas é possível mexer? Como ampliar o espaço de decisão para os representantes eleitos? A desvinculação reduzirá as receitas destinadas para as áreas essenciais como saúde e educação?

Paulo Guedes não está sozinho. Outros economistas vêm alertando para isso há muito tempo. A diferença é que ele diz que vai propor, e agora, em abril. Em tese, o ministro está correto. Mas não pode parecer que num passe de mágica, com uma PEC de nome bonito, PEC do pacto federativo, tudo se resolverá. “Os deputados vão entender que, em vez de discutir R\$ 1,5 milhão ou R\$ 5 milhões de emendas, vão discutir R\$ 1,5 trilhão do Orçamento da União, mais os orçamentos dos municípios e dos Estados”, disse ele na entrevista ao jornal “Estado de S. Paulo”.

Os parlamentos foram criados exatamente para que representantes

do povo pudessem decidir sobre a destinação dos recursos públicos. Na escassez, cada setor quis garantir a sua parcela. Mas quando a soma das parcelas fica maior que o todo, o caminho é aumentar o endividamento ou elevar os impostos. Municípios e estados estão mal, e isso parece música para os ouvidos, mas eles também sabem que terão que continuar cumprindo inúmeras obrigações de destinação, mesmo se a PEC foi aprovada.

Embutido nesse projeto há um novo programa de ajuda aos estados, o Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), que será enviado via Projeto de Lei. O Regime de Recuperação Fiscal tinha exigências para a entrada que tornavam muito difícil a execução. O novo fará também exigências de contrapartidas, mas pode ajudar mais estados. É o que Guedes chamou de “balão de oxigênio” na sua entrevista de domingo.

Inicialmente, o ministro se referiu a esse projeto para desamarrar, desindexar e desvincular o Orçamento como o Plano B. “O bonito é que se der errado pode dar certo. Se der errado a aprovação da reforma da Previdência, é bastante provável que a classe política dê um passo à frente e assumo o comando do Orçamento”, disse em janeiro.





Foram dois erros numa declaração só. A reforma da Previdência precisa dar certo e esse projeto não pode ser a compensação caso a reforma não seja aprovada. São igualmente importantes para construir um novo marco fiscal do país.

A PEC que proporá a mudança no Orçamento precisará de muita negociação, porque será natural que as bancadas de defesa da educação e da saúde, entre outras, briguem contra a mudança. Pela reação que provocará, pelo tempo de convencimento que exigirá, o risco é desviar o foco da reforma da Previdência, que é a tarefa da vez. Nada aconteceu desde que o projeto da Previdência de Bolsonaro chegou ao Congresso. Hoje se instala a CCJ. Será muito difícil para o governo travar duas batalhas econômicas ao mesmo tempo.

Proposta de desvinculação divide Câmara e Senado

Para Rodrigo Maia, debate pode afetar tramitação da reforma da Previdência, que prevê passar em comissão até dia 27 ou 28. Já Davi Alcolumbre crê que discussão fortalecerá diálogo dos estados com as bancadas no Congresso

BRUNO GOES, AMANDA ALMEIDA E PATRIK CAMPOREZ

BRASÍLIA- A estratégia da equipe econômica de propor o fim das vinculações no Orçamento para ganhar apoio de estados e municípios à reforma da Previdência dividiu ontem os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre.

Maia afirmou que uma emenda constitucional para desvincular despesas — batizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de PEC do pacto federativo — pode acabar prejudicando a tramitação do projeto que muda as aposentadorias do país. Alcolumbre, porém, tem uma avaliação diferente. Ele disse que a medida pode fortalecer a interlocução com governadores e prefeitos e ajudar no avanço da reforma.

Segundo Maia, como a desvinculação do Orçamento é uma medida de interesse dos governos regionais, a PEC do pacto federativo pode acabar tirando o empenho em

fazer mudanças na Previdência. O engessamento orçamentário faz hoje com que governadores e prefeitos tenham pouca margem para gerir suas finanças. No Rio, por exemplo, as despesas vinculadas respondem por mais de 100% da receita.

Para Maia, a desvinculação pode “resolver os quatro anos” de um governador, o que o incentivaria a “abrir mão da Previdência”:

— Eu só tenho medo de que alguns foquem num tema e esqueçam o outro.

Já Alcolumbre vê a ideia com mais otimismo: — Atrapalhar, não. Vai ajudar. O pacto federativo é uma discussão que os estados fazem há muitos anos e, naturalmente, vai fortalecer a interlocução dos estados e dos municípios com as suas bancadas, com o Congresso.

NÚMERO DE VOTOS

O presidente do Senado defendeu enfaticamente a “redistribuição do bolo arrecadatório do Brasil”:

— Os senadores decidiram que nós precisamos debater o pacto federativo, e o momento é agora. O Brasil está vivendo uma nova experiência. Nós precisamos dividir o bolo da arrecadação. Não é possível os municípios e os estados não ficarem com os recursos para as atribuições que foram assumidas ao

longo dos anos.

O presidente da Câmara também manifestou ontem discordância sobre a contabilidade do número de votos prometidos para votação da reforma da Previdência. A líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), acredita que dá para votar a proposta com a promessa de 320 deputados. Já Maia diz que o governo precisa ter a garantia de pelo menos 350 votos. Como a reforma só pode ser feita por emenda à Constituição, o mínimo para a aprovação, na Câmara, são 308 votos.

Mesmo assim, Maia disse que as mudanças nas aposentadorias poderão ser aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ainda no fim deste mês. Ele afirmou que, em conversa com os líderes, sentiu que haverá “uma composição favorável à aprovação”.

— O regimento só permite que seja votado lá para o dia 27 ou 28 (de março) — disse o presidente da Câmara.

A CCJ será instalada hoje. Maia sinalizou uma pequena melhora na comunicação do governo em relação ao projeto: — Acho que ainda está perdendo, mas melhorou. Antes estava perdendo de 6 a 0, hoje está por 3 a 1. Está melhorando, mas vai precisar ganhar até o mês de maio.





MINISTRO VÊ DISTORÇÕES

Já o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, admitiu que é preciso rever as vinculações. As áreas de saúde e educação estão entre as que têm dinheiro carimbado dentro do Orçamento, tanto na União quanto em estados e municípios. Ele disse, porém, que há distorções:

— O Brasil acabou tendo a necessidade política de vincular determinados percentuais a determinadas políticas, com o intuito de dar proteção a elas. A saúde tem uma luta histórica para vinculação de percentuais mínimos. Agora, tem algumas distorções que esse percentual deu. Uma delas foi transformar o que era percentual mínimo em teto. Os governos federais, ao longo do tempo, vêm tentando limitar os investimentos em saúde.

Opinião do GLOBO :
Sem lógica

COMO ESPERADO, parlamentares das bancadas da saúde e da educação reagem à proposta de desvinculação do Orçamento. Temem perder recursos. O temor denuncia a falta de lógica de todo este sistema, porque em nenhum momento se discute a qualidade dos próprios gastos.

A DESVINCULAÇÃO é uma oportunidade para isso. Gestores públicos terão de convencer o Legislativo da validade de seus pedidos de verbas, para os quais será importante demonstrar a eficácia dos gastos, a partir dos resultados alcançados.

EM VEZ de tudo ser decidido só pela força dos lobbies

O governo tem rumo, o da crise

ELIO GASPARI

O professor Delfim Netto avisou que a partir do dia 2 de janeiro o governo precisaria abrir a quitanda todas as manhãs oferecendo beringelas e troco à freguesia. A quitanda tem oferecido encencas, baixarias e tuítes. Se isso fosse pouco, o "Posto Ipiranga" de Jair Bolsonaro vende fiado três projetos de emendas constitucionais, daquelas que precisam de três quintos das duas Casas do Congresso. Pode-se até pensar que a da reforma da Previdência será aprovada. Qual? A que conseguir os três quintos.

Como se planejasse dificuldades, o ministro Paulo Guedes anunciou que pretende propor a desvinculação das despesas orçamentárias. Nova emenda constitucional. Tem mais. Uma medida provisória determinou que as contribuições sindicais não podem ser descontadas na folha de pagamento dos trabalhadores. Ótima ideia, porque a nobiliarquia do sindicalismo quer que os trabalhadores tenham todos os direitos, menos o de decidir se contribuem para suas guildas. O fim do desconto compulsório abalará todos os sindicatos, que bem ou mal, devem cuidar dos interesses dos trabalhadores. Para evitar esse colapso surgiu outra boa ideia, acabar com a unicidade que obriga

que cada categoria tenha um só sindicato por município. Em tese, havendo competição, o sistema funcionará melhor. Para o estabelecimento da pluralidade será necessária uma terceira emenda constitucional.

Vistas separadamente, cada uma dessas propostas faz sentido. Juntas, coligam os interesses dos sindicalistas, dos marajás da Previdência às corporações da saúde ou da educação. Separados, esses blocos podem ser batidos. Juntos, até hoje estão invictos.

Há na pregação do ministro Paulo Guedes algo de José Wilker no comando da inesquecível caravana Rolidei do "Bye Bye Brasil" de Cacá Diegues. Quem viu o filme lembra que no seu momento de glória poética o Lord produziu o supremo símbolo da modernidade: neve.

A plataforma reformista de Guedes tem suas próprias dificuldades, mas a elas somou-se à natureza errática do próprio presidente, que não pode ver casca de banana sem atravessar a rua para escorregar nela. Em menos de cem dias, Bolsonaro viu-se encoberto pela névoa de um possível controle palaciano. É a velha lenda segundo a qual grandes ministros são capazes de controlar presidentes. Donald

Trump está aí para demonstrar a futilidade dessa ideia.

No Brasil, a teoria do controle interno teve dois grandes fracassos e um êxito. Pensou-se que Fernando Collor seria controlado. Deu no que deu. Antes dele, pensou-se em blindar o comportamento errático do general João Figueiredo. A trama derreteu em menos de um mês.

O controle funcionou no caso do general Emilio Médici. De 1969 a 1974, quando ele presidiu o Brasil, mandaram os professores Delfim Netto (na economia), João Leitão de Abreu (na administração) e o general Orlando Geisel (nas Forças Armadas). A manobra só deu certo porque foi voluntária e sincera. Médici, que não queria ser presidente, decidiu delegar esses poderes. Ao decidir não mandar, mandou como poucos, até porque tinha o cajado do Ato Institucional nº 5. Faltam a Bolsonaro não só o AI-5 como a disciplina circumspecta de Médici. (Vale lembrar que, sabendo o risco que corria por ter dois filhos adultos, levou-os para o quartel do Planalto. De um deles, Roberto, pouco se falou. Do outro, Sérgio, nada.)

O governo Bolsonaro parece sem rumo. A má notícia é que seu rumo pode vir a ser o de uma crise.



Rodrigo Maia (DEM-RJ), a liberação de emendas impositivas não terá efeito para ampliar a base no Congresso. “É inócuo”, diz

Bolsonaro e o líder do governo na Câmara, Major Vítor Hugo (PSD-GO), negam que as emendas tenham sido liberadas para ampliar o apoio à reforma da Previdência, apesar de o anúncio ter sido feito na semana em que a PEC começa a tramitar na Câmara e após pedidos de parlamentares, pois algumas estavam pendentes desde 2014.

“Informo que não há verbas sendo liberadas para aprovação da Nova Previdência como veículos de informação vem divulgando. Seguimos o rito constitucional e obrigatório do Orçamento Impositivo, onde é obrigatório a liberação anual de emendas parlamentares”, escreveu Bolsonaro, em sua conta no Twitter.

Na mesma linha, Major Vitor Hugo declarou que o ato foi legal. “Se existem ansiedades em torno das

emendas, isso é algo que vai ser avaliado em cada bancada.”

A oposição discorda e, mesmo recebendo recursos, acusa o governo de adotar práticas de gestões anteriores rechaçadas pelo presidente.

“Nós estamos entendendo isso como um verdadeiro toma lá dá cá. Eles dizem que é algo equânime, estão mandando [emendas] para todo mundo, porque não podem mandar apenas para potenciais bases”, disse o líder do PSOL na Câmara, Ivan Valente (SP).

Para deputados alinhados com a pauta de Bolsonaro, o governo ainda precisa melhorar a articulação política, principalmente atendendo pedidos de indicações de aliados para cargos nos estados.

O ministro general Santos Cruz (Secretaria de Governo) deve se reunir nesta semana com interlocutores do presidente no Congresso para destravar as

nomeações.

A falta de diálogo é outra reclamação freqüente na Câmara. Ministros, segundo deputados, não estão recebendo parlamentares e prefeitos para reuniões, o que agrada a base governista.

A turbulenta entre Planalto e Congresso também se reflete na dificuldade para se encontrar um nome ideal para a PEC. Deputados cotados, como Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), rejeitam o posto. Líderes mais experientes na Câmara defendem que um deputado do PSL possa assumir a relatoria da proposta. Assim, o peso de aprovação do texto fica com o partido de Bolsonaro e caem as chances de o relator fazer grandes alterações.

Em outra frente pela PEC, o ministro Paulo Guedes (Economia) se reúne nesta quarta (13) com os líderes da Câmara na residência oficial de Maia.



Maia teme que PEC de desvinculação prejudique reforma da Previdência

Tramitação conjunta enfraqueceria articulação para mudar regras de aposentadorias e pensões

Thiago Resende e Angela Boldrin

Brasília- O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem receio de que governadores e prefeitos deixem de lado a articulação pela reforma da Previdência se o presidente Jair Bolsonaro (PSL) apresentar a proposta que prevê ampla desvinculação do Orçamento antes que o Congresso aprove o endurecimento nas regras de aposentadorias.

“Para um governador, desvincular o Orçamento do seu estado talvez resolva o problema dos quatro anos dele. E ele possa abrir mão da [reforma da] Previdência. Eu só tenho essa preocupação”, disse Maia, nesta terça-feira (12).

Segundo ele, é possível que as duas propostas — Previdência e desvinculação — tramitem juntas no Congresso.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma da

Previdência foi entregue à Câmara no dia 20 de fevereiro.

O texto que prevê a ampla desvinculação ainda não foi apresentado, mas a intenção da equipe econômica é que essa PEC comece a ser analisada pelo Senado ainda neste semestre.

Maia, um dos principais defensores da reforma da Previdência, quer que as mudanças nas regras de aposentadorias sejam aprovadas antes da proposta de desvinculação do Orçamento, que descentralizaria os recursos e poderia beneficiar estados e municípios.

“Só tenho medo que alguns foquem num tema e esqueçam o outro. No pacto federativo, eu acho que os parlamentares pensam em outra equação. A equação é: tirar recursos federais e jogar para estados e municípios. Você não consegue fazer isso se você não aprovar a [reforma] da Previdência, não aprovar uma nova reforma administrativa, reduzindo custo no Executivo, no Legislativo, no Ministério Público”, declarou.

Na Câmara, a reforma começará a tramitar nesta semana, quando

deve ser instalada a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), primeira etapa da proposta. Na avaliação de Maia, o colegiado deve ter maioria favorável ao governo.

A maioria das 66 vagas ficou com partidos governistas ou que se declaram independentes a Bolsonaro, mas que frequentam reuniões no Palácio do Planalto.

O bloco de siglas que ajudou a reeleger Maia ao comando da Casa terá 39 das 66 cadeiras do colegiado. Cabe aos líderes dos partidos a indicação de cada membro.

As bancadas, assim, podem dificultar ou facilitar a aprovação da proposta dependendo dos escolhidos para a CCJ.

Após a CCJ, será criada uma comissão para analisar o texto. Por fim, a PEC será votada no plenário da Câmara, onde precisará de 308 votos.

Para Maia, o ideal é votar o texto quando o governo tiver 350 votos — deixando uma margem de garantia.

Desvinculação é limitada, dizem economistas

Maior parte do gasto engessado cobre salários, aposentadorias e pensões; não há margem para cortar em saúde e educação

Mariana Carneiro, Natália Cancian e Flavia Lima

BRASÍLIA E SÃO PAULO- A proposta do ministro da Economia Paulo Guedes de desvincular R\$ 1,5 trilhão do Orçamento federal tem efeitos limitados sobre a maior parte dos gastos.

A fatia mais relevante das despesas federais recai sobre obrigações que, independentemente da proposta do governo, são inadiáveis, como gastos com a Previdência e o pagamento de servidores.

Sobre os gastos restantes, passíveis de desvinculação, como os destinados à saúde e educação, há preocupação sobre os efeitos que a mudança teria sobre as áreas sociais.

“Se o Orçamento não destinar recursos para a Previdência, ensino e saúde, isso não exime o governo de ter que pagar aposentadorias e salários, inclusive dos professores e médicos”, diz José Roberto Afonso, professor do IDP (Instituto de Direito Público).

Para Afonso, é preciso resolver a febre e não sumir com o termômetro. “Mas, certamente, o Ministro da Economia sabe disso tudo e deve propor uma PEC que atacará a infecção fiscal.”

No ano passado, o governo federal gastou com Previdência (de trabalhadores da iniciativa privada, servidores e de militares) cerca de R\$ 705 bilhões. Outros R\$ 317 bilhões foram usados no pagamento do funcionalismo. Já as despesas obrigatórias em saúde e educação consumiram cerca de R\$ 181 bilhões — ou seja, um quarto dos gastos com Previdência.

Nos estados, o pagamento de

aposentadorias também é um dos itens mais relevantes do Orçamento dos governadores e, segundo o economista Raul Velloso, responde por 20% a 30% dos gastos.

Os números demonstram, segundo os economistas, que apesar do interesse do governo em destravar o Orçamento, a prioridade deve ser a reforma do sistema de aposentadorias e pensões.

“A proposta de desvinculação jamais substituirá a reforma da Previdência”, diz Mônica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute, em Washington.

A economista vê a proposta de desvinculação orçamentária como uma estratégia política legítima para atrair o apoio de governadores, que teriam mais autonomia em gerir os gastos de seus estados.

“Em princípio, desvincular é bom porque traz mais flexibilidade. Mas se desvincular significa fazer cortes





em áreas como saúde e educação é preciso ter cuidado”, diz.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Guedes afirmou que vai acelerar o projeto de desvinculação total do Orçamento, por meio de uma proposta de emenda constitucional que começaria a tramitar pelo Senado.

A declaração do ministro foi interpretada como um sinal para que os governadores possam reduzir as despesas com saúde e educação, alocando esses recursos em necessidades mais urgentes.

A legislação determina que os estados reservem 12% da arrecadação de impostos em saúde e 25% com educação.

Segundo Élidea Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, a saúde pode ser prejudicada, pois boa parte

dos serviços são pagos por meio da contratação de OS (Organizações Sociais) de Saúde.

“Na educação, a desvinculação tende a ter efeitos menores porque a maioria dos profissionais é concursado e a desvinculação do piso não tem automaticamente o condão de desmontar as escolas e o pagamento dos salários, porque essa despesa segue obrigatória”, afirmou.

Naércio Menezes, professor da cátedra Ruth Cardoso, do Insper, diz que, em tese, a proposta pode ser boa justamente por dar mais flexibilidade para estados e municípios.

O problema, diz ele, é que pode ser arriscado deixar nas mãos dos governos regionais ou da população a cobrança de investimentos em educação e saúde. “Basta notar que os gastos com saneamento, que não são obrigatórios, deixam muito a

desejar”, diz.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou, ao contrário da avaliação da maioria dos analistas, que pode haver um aumento dos recursos para a saúde.

“ Vejo uma maturidade muito grande da bancada de saúde no Congresso. O que num primeiro momento pode parecer um problema pode vir a ser um ganho, desde que tenhamos no governo federal uma musculatura política da saúde condizente com os desafios do SUS”, disse.

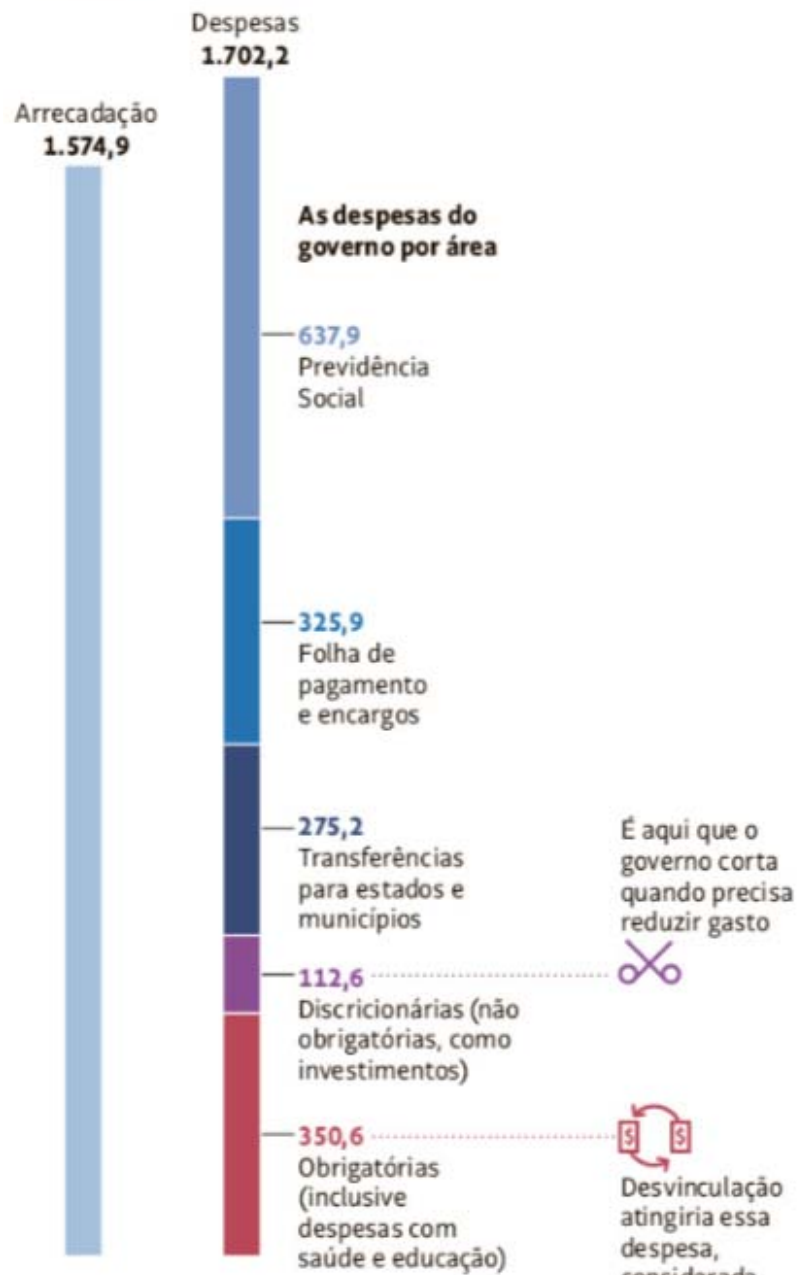
Menezes, do Insper, ressalta que, no caso da União, o limite mínimo dos gastos com saúde e educação e a sua correção pela inflação estão previstos na regra que estabelece um teto para os gastos. Logo, mexer com isso exigiria alterar a regulamentação.





Quanto o governo arrecada e quanto gasta

Em R\$ bilhões



Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019

ANÁLISE - Marcos Lisboa

Congresso retomaria controle de pequena parte do Orçamento

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005), doutor em Economia e colunista da Folha

O ministro da Economia anunciou que o governo irá propor emenda constitucional (PEC) para desvincular integralmente o Orçamento de mais de R\$ 1,5 trilhão.

A proposta vai a favor da democracia. Afinal, o Legislativo é eleito para deliberar sobre as prioridades da política pública e, hoje, decide apenas sobre 8% do Orçamento. As despesas obrigatórias, determinadas por normas legais, consomem todo o restante.

O problema, no entanto, é maior do que parece. Mais de R\$ 1 trilhão do Orçamento é destinado ao pagamento dos benefícios da Previdência e assistência social e aos gastos com servidores.

As despesas com Previdência, para este ano, são estimadas em R\$ 637,9 bilhões, e os gastos com BPC chegam a R\$ 59 bilhões. Já os salários e os benefícios dos servidores devem consumir R\$ 325 bilhões.

O comprometimento das despesas com folha de pagamentos

é ainda maior nos estados. Esses gastos não podem ser reduzidos, pois a jurisprudência garante o direito adquirido dos beneficiários. Caso o governo queira reduzi-los, melhor conversar com o STF. O Congresso nada pode fazer.

Para entender a extensão da encrenca, vale analisar o impacto da reforma da Previdência. Respeitando as regras do jogo, ela prevê transição e, essencialmente, restringe apenas os benefícios daqueles que ainda irão se aposentar.

Caso nada seja feito, o gasto anual com aposentadorias dos trabalhadores do setor privado, RGPS, vai a quase R\$ 1 trilhão em 2030, segundo estimativas de Paulo Tafner.

Com a reforma, o crescimento será menor, mas ainda assim a despesa anual aumentará para mais de R\$ 680 bilhões no fim da próxima década.

A reforma da Previdência é fundamental para evitar o colapso das contas públicas, porém não reduz os gastos correntes do governo, somente diminui sua taxa de crescimento.

O problema não para por aí. O Orçamento federal deste ano prevê a transferência de R\$ 275 bilhões para estados e municípios. Não se

imagina que um governo que promete “mais Brasil e menos Brasília” irá reduzir os repasses aos governos locais.

Restam, portanto, R\$ 300 bilhões do Orçamento da União. Esses recursos, cabe mencionar, são destinados a programas sociais como educação, seguro-desemprego e Bolsa Família, além do pagamento de sentenças judiciais e subsídios para o agronegócio, a habitação popular e o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), entre outros itens.

Algumas dessas despesas obrigatórias não podem deixar de ser pagas, como sentenças judiciais ou subsídios já contratados no passado. Por outro lado, no caso de saúde e educação, o governo já gasta mais do que o mínimo fixado pela Constituição.

O ministro também falou em desindexação. Mas a principal indexação dos gastos públicos é a regra de reajuste do salário mínimo. Mas, para alterá-la, não precisa de PEC. Basta não renovar a lei atual.

A “PEC do Pacto Federativo” vai entregar menos do que o prometido e, no melhor dos cenários, devolve o controle de uma pequena parte do Orçamento aos parlamentares.